

Aptidão das terras para o "FOME ZERO"

Antonio Ramalho-Filho*

A realização dos objetivos do Programa Fome Zero resultará da conjunção de uma multiplicidade de fatores e da atuação conjunta em várias esferas de poder - tanto as institucionais quanto as representativas da sociedade, para a construção participativa de uma política de segurança alimentar.

Para que o País consiga interromper o binômio fome-pobreza, esses variados segmentos terão que operar de forma harmônica e integrada, como elos de uma corrente. Um dos mais importantes destes elos é, sem dúvida, o conhecimento do potencial das terras e de sua aptidão para serem utilizadas no processo de aumento da produção de alimentos.

O Programa precisará alcançar-se em alguns pilares fundamentais:

Decisão política: Os governantes têm que demonstrar credibilidade e consistência nas ações e apresentar evidências imediatas do funcionamento do Programa, assim como monitorar sua implementação.

Sociedade: O engajamento da população é imprescindível envolvendo as camadas pobres, ou seja, de quem dá e de quem recebe o benefício. O programa também deve todos os setores do Governo para propiciar os meios

necessários e o apoio oficial. À sociedade pertencem o ônus e o bônus do Programa.

Empresas. Devem ser conscientizadas sobre o retorno de longo prazo decorrente da elevação da capacidade produtiva das famílias beneficiadas; do aumento do poder aquisitivo e do nível de exigência das pessoas; e do aumento da demanda por serviços e mercadorias. As empresas devem entender que sua contribuição é um investimento, além de ser um ato nobre de civilidade e cidadania. Em contrapartida, o governo deverá oferecer algum tipo de incentivo fiscal.

Transporte. As Forças Armadas poderiam participar do sistema de transporte e distribuição dos produtos, de modo a ampliá-lo e torná-lo mais eficiente, graças à sua capacidade logística e à sua presença nos locais mais remotos do País.

Pesquisa, Extensão rural e Fomento. Essas instituições devem incluir em seus programas de pesquisa, extensão e fomento, linhas que tenham metas e objetivos com reflexos diretos na produção de alimentos básicos com baixos insumos e equipamentos menos sofisticados. Incluem-se aqui a Embrapa, institutos estaduais de pesquisa e extensão rural, organizações não-governamentais, a FINEP, o BNDES e outros. O papel das

associações e sociedades de classe científicas e profissionais também é muito importante na mobilização da comunidade científica e profissional para o estudo e organização de ações direcionadas ao Programa.

Educação e Ensino. É importante a inclusão de ensinamentos sobre técnicas e procedimentos de cultivo de produtos agrícolas básicos em harmonia com o meio ambiente nos currículos escolares.

Natureza. É necessário que haja conhecimento da oferta ambiental, ou seja, do potencial produtivo das terras sob adoção de diversos níveis de manejo ou de tecnologia, que utilizem mecanismos de desenvolvimento limpo, conforme preceitua a Agenda 21.

Imprensa. Tem uma ação catalisadora e indutiva nesse processo de engajamento social e de implementação do Programa.

O Sistema de Avaliação da Aptidão das Terras e sua aplicação face às transformações que ocorrem no País

A avaliação da aptidão das terras realizada através da interpretação de levantamentos de recursos naturais, com destaque para o recurso solo, é uma ferramenta imprescindível no zoneamento agroecológico e econômico, instrumento essencial ao planeja-

ment
É
Ofert
Exter
liaçã
tem a
de pa
dos si
duçã
aprox
com
O
do Pr
to au
ment
ou cc
receb
rente
ampli
ment
quant
Pa
de au
verá l
ment
Esse i
só po
ficativ
dade
produ
vitáve
com a
nos r
agríco
determ
logia
o uso
ter a
acordi
jo indi
uma a
da áre
fato, e
aptidã
diar o
das te
da áre
cio-ec

mento agrícola.

É nos segmentos Natureza/ Oferta ambiental e Pesquisa, Extensão e Fomento que a avaliação do potencial das terras tem amplo espaço e capacidade para interferir na indicação dos sistemas integrados de produção (*Farming systems*) mais apropriados para contribuir com o "Fome Zero".

O cumprimento das metas do Programa acarreta um vasto aumento do consumo de alimentos a serem distribuídos ou comprados com o dinheiro recebido pela população carente. Portanto terá que haver ampla disponibilidade de alimento, tanto para doação quanto para compra direta.

Para fazer face a esse grande aumento de consumo deverá haver um grande crescimento da produção agrícola. Esse incremento da produção só pode ser obtido com significativo aumento da produtividade das terras "velhas ou improdutivas". Nesse caso, é inevitável a utilização de terras com aptidão boa, ou pelo menos regular, para produção agrícola sob a adoção de um determinado nível de tecnologia. As terras ocupadas para o uso agropecuário, terão que ter a sua aptidão avaliada de acordo com o nível de manejo indicado, com o respaldo de uma análise sócio-econômica da área de sua aplicação. De fato, qualquer avaliação da aptidão de terras para subsidiar o planejamento de uso das terras de uma determinada área enseja uma análise sócio-econômica que indicará o

nível tecnológico e as práticas de manejo que estejam ao alcance do agricultor-alvo.

Com base nessa análise e no levantamento dos recursos de solo, a avaliação da aptidão das terras poderá ser realizada para os diversos sistemas integrados de produção, em que grupos de agricultores operam ou irão operar em novos assentamentos rurais.

Parece ser esta a forma de avaliação das terras mais coerente com a concepção do Programa, que dá ênfase à agricultura de pequena escala, onde há bolsões de desnutrição rural, o que pode atrair também a população da periferia das cidades nas mesmas condições. Nestas circunstâncias, as terras deverão ser consideradas com todos os seus atributos, como clima, relevo e vegetação, além de suas propriedades intrínsecas.

Outros atributos devem ser considerados na avaliação das terras para sistemas integrados de produção na área a ser utilizada (Ramalho-Filho, 1992), com foco na agricultura de pequena escala com adoção de tecnologia intermediária.

Atributos biológicos:

- a) tipo de uso – lavouras, pastos e silvicultura;
- b) formas de cultivo – monocultura, cultivos mistos, intercalares, seqüenciais, em faixas;
- c) produtividade e produção;

Atributos técnicos:

- a) conhecimento técnico do agricultor;

- b) tipo de tração – mecânica, animal;
- c) tipo de insumos utilizados;
- d) técnicas de manejo de solo utilizadas;

Atributos socioeconômicos:

- a) orientação de mercado: subsistência, comercial, combinada;
- b) distância do mercado;
- c) tamanho do imóvel;
- d) condição jurídica de ocupação (propriedade, arrendamento, comunidade, posse);
- e) intensidade de capital;
- f) renda líquida.

Assim como para as limitações dos atributos físicos, devem ser atribuídos graus também para os técnicos, sociais e econômicos. Feita a comparação com os graus máximos admitidos para cada classe de aptidão, estipulados em quadros-guia, obtém-se a classe de aptidão das unidades de solo e dos sistemas integrados de produção identificados na área.

É tecnicamente correto, que todo pequeno produtor rural, individualmente ou em assentamento, conte com a assistência técnica de um profissional. Esse técnico terá a capacidade para interpretar e transferir ao agricultor a informação contida em estudos de avaliação da aptidão de terras. Essa avaliação, feita pelo método preconizado pela Embrapa (Ramalho-Filho & Beek, 1995), não só fornece em mapas a localização e a classificação da aptidão de cada unidade de solo, como também o cultivo

indicado, as limitações ao uso e as práticas de manejo recomendadas de acordo com o nível de tecnologia para aquela condição técnica e sócio-econômica que o agricultor vivencia.

A adoção dessa política permite o eficiente uso da terra, maior produtividade e, portanto, maior retorno econômico com proteção do meio ambiente e com uma evidente otimização dos recursos financeiros alocados em assentamentos nos quais a descapitalização é notória e explicável.

É imperioso que a utilização de terras para cultivos tenha o enfoque de sustentabilidade como premissa básica inerente à atividade agrícola. A sustentabilidade começa pelo uso da terra de conformidade com sua aptidão agrícola. Contudo, no decorrer de várias colheitas, há um conseqüente empobrecimento químico do solo, causado tanto pela retirada de nutrientes pelas plantas como também por efeito de processos erosivos. Nesse sentido, são recomendadas práticas de manejo que evitem o desgaste do solo e melhorem as suas condições gerais para cultivo. Entre as práticas de manejo com comprovada eficácia para evitar a exaustão do solo e garantir a sustentabilidade do sistema estão o plantio direto e o uso racional de corretivos

e adubos para repor os elementos retirados do solo. Agricultura não é mineração. Pode até ter sido em algum momento em que havia uma relativa abundância de terras naturalmente férteis e das quais, como se comprovou, não se podem obter boas colheitas indefinidamente sem se recorrer, algum dia, ao uso de fertilizantes. De qualquer forma, essas terras, quando presentes em uma área de fronteira

“Está comprovado que o Brasil pode triplicar a área plantada só aproveitando melhor o cerrado e áreas já desmatadas da pré-Amazônia e as demais áreas ociosas dominadas, predominantemente, por Latossolos e Argissolos distróficos.”

agrícola, devem ser reservadas preferencialmente para a agricultura de pequena escala e dedicadas ao cultivo de plantas alimentícias, conforme observou Alvim (1978) com referência à Amazônia. Portanto, a utilização dessas terras para pastagem ou em projetos de reflorestamento deve ser evitada por todos os meios, não importa a sua região de ocorrência.

No Brasil há um vasto potencial bruto de terras aptas ou regularmente aptas para a agricultura, estimado pelos

métodos adotados de avaliação (Ramalho-Filho & Pereira, 1999; Manzatto et al, 2002). Obedecidas a legislação de uso da terra e as demais restrições ambientais, que diminuem esse acervo de terras aráveis, esse estoque de terras ainda não utilizadas ou a serem reincorporadas ao processo produtivo, somente reverterá em produção de bens de consumo se as recomendações técnicas das instituições de pesquisa forem acatadas e se houver o apoio de agências de fomento para o desenvolvimento agrícola.

Está comprovado que o Brasil pode triplicar a área plantada só aproveitando melhor o cerrado e áreas já desmatadas da pré-Amazônia (Arco do Desenvolvimento) e as demais áreas ociosas dominadas, predominantemente, por Latossolos e Argissolos distróficos.

Se temos terras abundantes e de boa qualidade - se adequadamente manejadas -, empresários e técnicos altamente capazes, sementes de alta produtividade, insumos suficientes e baixos custos de produção, se estamos fazendo uma nova “revolução verde”, então, se politicamente bem conduzido, o Programa Fome Zero tem tudo para dar certo.

Antonio Ramalho Filho é pesquisador da Embrapa Solos-RJ.

ARTIGO

Trabalho, dinheiro, compromissos...

Ao procurar uma mensagem para o final de ano, a redação do Boletim encontrou, na internet, o texto de um discurso feito pelo publicitário Nizan Guanaes durante uma formatura da qual foi paraninfo. Pedimos licença ao autor para a publicação por achar que a leitura vale a pena como reflexão.

Dizem que conselho só se dá a quem pede. E, se vocês me convidaram para paraninfo, sou tentado a acreditar que tenho sua licença para dar alguns. Portanto, apesar da minha pouca autoridade para dar conselhos a quem quer que seja, aqui vão alguns que julgo valiosos.

Não paute sua vida, nem sua carreira, pelo dinheiro. Ame seu ofício com todo coração. Persiga sempre fazer o melhor. Seja fascinado pelo o que realizar, porque o dinheiro virá como conseqüência. Quem pensa só em dinheiro não consegue sequer ser nem um grande bandido, nem um grande canailha. Napoleão não invadiu a Europa por dinheiro. Hitler não matou 6 milhões de judeus por dinheiro. Michelangelo não passou 16 anos pintando a Capela Sistina por dinheiro. E, geralmente, os que só pensam nele não o ganham. Porque são incapazes de sonhar. Tudo que fica pronto na vida foi construído antes, na alma.

A propósito disso, lembro-me uma passagem extraordinária, que descreve o diálogo entre uma freira americana cuidando de leprosos no Pacífico e um milionário texano. O milionário, vendo-a tratar daqueles leprosos, disse: "Freira, eu não faria isso por dinheiro nenhum no mundo." E ela respondeu: "E

também não, meu filho". Não estou fazendo com isso nenhuma apologia à pobreza, muito pelo contrário. Digo apenas que pensar em realizar tem trazido mais fortuna do que pensar em fortuna.

Meu segundo conselho: pense no seu País. Porque, principalmente hoje, pensar em todos é a melhor maneira de pensar em si. Afinal é difícil viver numa nação onde a maioria morre de fome e a minoria morre de medo. O caos político gera uma queda de padrão de vida generalizada.

Os pobres vivem como bichos, e uma elite brega, sem cultura e sem refinamento, não chega a viver como homem. Roubam, mas vivem uma vida digna de Odorico Paraguassu. Que era ficção, mas hoje é realidade, na pessoa de Geraldo Bulhões, Denílma e Rosângela, sua concubina.

Meu terceiro conselho vem diretamente da Bíblia: "Seja quente ou seja frio, não seja morno que eu te vomito. É exatamente isso que está escrito na carta de Laudiceia: "seja quente ou seja frio, não seja morno que eu te vomito" É preferível o erro à omissão. O fracasso, ao tédio. O escândalo, ao vazio. Porque já vi grandes livros e filmes sobre a tristeza,

guém narra o ócio, a acomodação, o não fazer, o remanso. Colabore com seu biógrafo. Faça, erre, tente, falhe, lute. Mas, por favor, não jogue fora, se acomodando, a extraordinária oportunidade de ter vivido. Tendo consciência de que, cada homem foi feito para fazer história. Que todo homem é um milagre e traz em si uma revolução. Que é mais do que sexo ou dinheiro.

Você foi criado, para construir pirâmides e versos; descobrir continentes e mundos e caminhar sempre, com um saco de interrogações na mão e uma caixa de possibilidades na outra. Não use Rider, não dê férias a seus pés. Não sente-se e passe a ser analista da vida alheia, espectador do mundo, comentarista do cotidiano, dessas pessoas que vivem a dizer: "eu não disse!, eu sabia!" Toda família tem um tio batalhador e bem de vida. E, durante o almoço de domingo, tem que agüentar aquele outro tio muito inteligente e fracassado contar tudo que ele faria, se fizesse alguma coisa.

Chega dos poetas não publicados. Empresários de mesa de bar. Pessoas que fazem coisas fantásticas toda sexta a noite, todo sábado e domingo, mas que, na segunda, não sa-

Porque não sabem ansiar, não sabem perder a pose ou não sabem recomeçar. Porque não sabem trabalhar. Eu digo: trabalhem, trabalhem, trabalhem. De 8 às 12, de 12 às 20:00 e mais se for preciso. Trabalho não mata. Ocupa o tempo. Evita o ócio, que é a morada do demônio, e constrói prodígios. O Brasil, este país de malandros e espertos, da vantagem em

tudo, tem muito a aprender com aqueles trouxas dos japoneses. Porque aqueles trouxas japoneses que trabalham de sol a sol construíram, em menos de 50 anos, a 2ª maior megapotência do planeta. Enquanto nós, os espertos, construímos uma das maiores impotências do trabalho. Trabalhe! Muitos de seus colegas dirão que você está perdendo sua vida, porque

você vai trabalhar enquanto eles veraneiam. Porque você vai trabalhar, enquanto eles vão ao mesmo bar da semana anterior, conversar as mesmas conversas, mas o tempo, que é mesmo o senhor da razão, vai bendizer o fruto do seu esforço, e só o trabalho te leva a conhecer pessoas e mundos que os acomodados não conhecerão. E isso se chama sucesso.

O Núcleo Regional Sul e o Núcleo Estadual do Paraná

Sandro Luis Schlindwein

É com alegria que, em nome do Núcleo Regional Sul (NRS) da SBCS, venho parabenizar a equipe que propôs a criação do primeiro Núcleo Estadual da SBCS, no vizinho estado do Paraná. À sua primeira Diretoria, desejo boa sorte e muito sucesso. Na IV Reunião Sul-Brasileira de Ciência do Solo, realizada em Porto Alegre, em outubro do ano passado, a Dra. Mariângela Hungria, ainda presidente da SBCS, participou como convidada e apresentou moção de sua autoria para a inclusão do Paraná no NRS-SBCS. Todavia, pelas mesmas razões apontadas pela equipe que propôs a criação do Núcleo Estadual do Paraná, esta inclusão não foi efetivada.

Por outro lado, e mesmo não conhecendo o contexto exato em que ocorreu, não posso deixar de manifestar o quanto me pareceu infeliz e desrespeitosa a afirmação da Dra. Mariângela Hungria,

publicada no último número do Boletim da SBCS (vol.28, número 2, p.13), e que espero, tenha decorrido de um mal-entendido. No texto, ela afirma que "em Ciência do Solo, o Paraná tem o tamanho dos dois estados (RS e SC) juntos". Como ex-presidente da SBCS, ela bem sabe que Núcleos Regionais – e agora Núcleos Estaduais – não são criados com o propósito de comparar e verificar quem é maior do que quem, ou se alguns são melhores que outros, mas sim para permitir a discussão e o debate de idéias - tomara que inovadoras - e assuntos de interesse regional e, assim, promover a Ciência do Solo no âmbito de suas abrangências. Como ex-presidente da SBCS, a Dra. Mariângela também sabe e, não pode desmerecer, todo o trabalho sério, consistente e duradouro em Ciência do Solo que, nas últimas décadas, foi realizado por diversas Institui-

ções de Ensino, Pesquisa e Extensão no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e que têm assegurado toda a vitalidade do NRS ao longo de sua existência.

Como quero crer que os objetivos, tanto do NRS quanto do Núcleo Estadual do Paraná, são semelhantes, espero sinceramente e faço votos de que, respeitando nossas particularidades e reconhecendo mutuamente o trabalho sério e importante já realizado por todos nós, possamos continuar interagindo e assim trabalhar conjuntamente pelo desenvolvimento da Ciência do Solo no Sul do Brasil.

Observação: A SBCS esclarece que a criação do Núcleo Estadual do Paraná foi aprovada em assembléia geral da SBCS, durante o XXIX CBCS, em Ribeirão Preto, em julho de 2003.

As opiniões publicadas no Boletim são de responsabilidade de seus autores.

Sandro Luis Schlindwein é diretor do Núcleo Regional Sul da SBCS.